

# Um dos maiores desastres ambientais do RN completa sete anos

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Em 29 de julho de 2007, ribeirinhos e ambientalistas observaram estarrecidos a morte de cerca de 40 toneladas de peixes, crustáceos, moluscos e várias outras espécies aquáticas nas margens do estuário Potengi-Jundiaí, no Rio Grande do Norte. Os animais mortos podiam ser vistos boiando na água, cobrindo o solo e até pendurados na vegetação de mangue durante a maré baixa.

A partir daí, desenrolou-se uma complexa história que até hoje não viu o seu final. Como em todo desastre, buscou-se primeiramente as causas e os culpados. Um laudo preliminar do [Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte \(Idema\)](#), o órgão estadual de meio ambiente, apontava a empresa de carcinicultura Veríssimo e Filhos Ltda. como a principal responsável. Cerca de um mês depois, a conclusão foi corroborada por outro documento do [Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará \(Labomar\)](#) e, em janeiro de 2009, também por um parecer de uma comissão de especialistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

De acordo com os documentos, entre os dias 27 e 28 de julho de 2007 a empresa lançou efluentes não tratados durante a despensa de um viveiro de 28 hectares no rio Jundiaí, afluente do Potengi. As elevadas concentrações de matéria orgânica, especialmente de amônia, despejadas durante a despensa foram a gota d'água para o rio. Associados ao baixo nível da maré no período e aos poluentes já existentes, os efluentes contribuíram para a asfixia dos animais pela falta de oxigênio dissolvido na água. Contudo, a conclusão não explicava a morte de garças, galinhas, cachorros e outros animais que se alimentavam dos peixes e crustáceos, nem o fato de alguns ribeirinhos terem adoecido no mesmo período.

As discussões sobre quem seria o responsável pelo acidente e o que o causou se arrastam por anos e até hoje não existe uma resposta definitiva.

O Ministério Público do Rio Grande do Norte investigou o caso, mas a falta das análises laboratoriais do dia da mortandade prejudicou o processo. Assim, não houve acusação criminal por parte do Ministério Público contra a empresa, ninguém foi responsabilizado pelos danos ambientais e não houve qualquer multa ou reparação dos danos. Também no âmbito estadual, o [Conselho Estadual de Meio Ambiente](#) (Conema) se reuniu somente em 2010 para discutir o caso, mas seus representantes não chegaram a um consenso. A rotatividade dos conselheiros também retardou as discussões e os encaminhamentos legais do processo.

Alguns desdobramentos do caso ocorreram ao longo dos anos. Houve a detecção de incoerências no licenciamento ambiental da Veríssimo e Filhos Ltda., que teve suas atividades suspensas. A denúncia de que a empresa apresentou laudos com análises repetidas no processo de licenciamento nos anos de 2006 e 2007 foi feita pelo Ministério Público do estado. A decisão judicial pela condenação da empresa e de um de seus gestores pela fraude saiu somente em abril desse ano, quase sete anos depois. Entretanto, quatro anos após o desastre, em julho de 2011, a empresa ganhou na Justiça o direito de voltar às suas atividades e operar os 24 viveiros de camarão que ocupam os cerca de 86 hectares da fazenda Carnaubinha, em São Gonçalo do Marante-RN. Também houve a prisão preventiva de um ex-técnico do Idema em março de 2010, suspeito de omitir informações na emissão da licença ambiental. O suspeito foi solto dois dias depois.

Enquanto isso, pescadores, marisqueiras, coletores de caranguejo e toda a comunidade ribeirinha sofria com a falta de seu principal sustento. O Governo Potiguar distribuiu cestas básicas no período do acidente, embora muitos moradores reclamassem que não era o suficiente e que estariam passando por necessidades, principalmente porque a pesca foi proibida por cerca de quatro meses, embora os laudos afirmassem que não haveria problemas em consumir o pescado.

Até hoje, quem depende do rio para sobreviver sente os efeitos da mortandade dos animais. A ex-marisqueira Maria Gorete, de 56 anos, moradora da comunidade de Beira Rio há 38 anos, catava moluscos no Potengi há 16 anos e disse ter havido uma grande diminuição dos animais depois do acidente em 2007. "Hoje praticamente só existe ginga [um pequeno peixe] pra pescar no rio. Depois da mortandade de peixes, está tudo muito escasso", reclamou ela.

Um conjunto de erros, descasos, omissões, leniência e até fraudes levou ao desastre e à ausência de um desfecho do caso. No fim das contas, não há um único culpado pela mortandade no Potengi, pois todos somos culpados. Talvez um fator isolado tenha desencadeado o evento, mas a expansão urbana desordenada, a falta de saneamento e de uma política efetiva de conservação e as agressões que o rio sofre diariamente contribuem para o cenário de degradação observado hoje.

Conforme reza a Constituição, a proteção ao meio ambiente é dever de todos. Os órgãos ambientais, a comunidade ribeirinha, a imprensa e toda a sociedade civil devem fazer a sua parte, visando à manutenção da vida no estuário do Rio Potengi e a um meio ambiente equilibrado e saudável, para o benefício de todos.

### Sobre o rio

Segundo o Idema, o rio Potengi percorre 176 km em 17 municípios e sua bacia hidrográfica

abrange uma área de 3.804,4 km<sup>2</sup>. Sua nascente localiza-se na Serra de Santana, município de Cerro Corá e, antes de desaguar no mar, na altura dos bairros Redinha e Santos Reis em Natal, recebe contribuições dos afluentes Jundiaí, Golandim, Rio Doce e Jaguaribe, formando assim o Estuário Potengi-Jundiaí. Em 2007, abrigava cerca de 1,1 milhão de habitantes em suas margens, o que equivaleria a 43% da população do Estado e 25% da população da capital Natal.

Os manguezais do estuário do Potengi vêm sendo desmatados há mais de 60 anos, de início por várias salinas, que foram proibidas e deram lugar aos viveiros de carcinicultura. Contudo, a maior ameaça ao rio é o despejo de efluentes não tratados de praticamente toda a região metropolitana de Natal.

#### **Leia Também**

[Parque das Dunas de Natal: um patrimônio da humanidade na arena](#)

[Gás de xisto no Brasil: receita para um desastre ambiental](#)

[Se a pesca está ruim, não culpe os leões-marinhos](#)